

Por uma arqueologia inteligente

Algumas reflexões autobiográficas como pequeno contributo para a história do pensamento arqueológico português das últimas três décadas

VÍTOR OLIVEIRA JORGE FACULDADE DE LETRAS DO PORTO – DCTP

Pode-se ser arqueólogo e ao mesmo tempo ser uma pessoa inteligente e interessante, mesmo para os que não sabem, não gostam, nem querem saber, para nada, de arqueologia?

A resposta parece ser só uma: pode-se, deve-se, e, no meu entender, impõe-se mesmo que se seja, sob pena da arqueologia, sendo precisa, nunca ser considerada senão como um dos ofícios aborrecidos que se tem de suportar, porque entraram nos costumes, ou são obrigatórios por lei, ou porque sem eles não se consegue fazer aquilo que de facto mais interessa a cada um.

Sinto-me satisfeito por abordar brevemente este tema, a convite da Era-Arqueologia, pois desde o começo da minha vida como estudante universitário (meados dos anos 60 do séc. XX) “milito” nesta linha da barricada. Tenho até a impressão (a pretensão narcísica, se quiserem) de que um *dossier* sobre a “teoria da arqueologia” em Portugal estaria truncado sem o

meu (mesmo que breve, esquemático, e improvisado, como tem de ser) assumidamente modesto depoimento. Que é mais uma evocação do que um texto teórico, ou de história de teoria da arqueologia portuguesa (será historiável uma quase-ausência? Talvez...).

De facto, há no nosso país uma grande quantidade de pessoas jovens a dedicarem-se à arqueologia, fenómeno totalmente impensável há trinta anos (com a escala que hoje atinge), e é bom – e mesmo talvez uma obrigação nossa, da minha geração – transmitir-lhes um conjunto de informações e de reflexões sem as quais a história da arqueologia portuguesa, antes e depois do 25 de Abril, – que continua por fazer – ficará irremediavelmente deformada. Claro que a história é sempre perspectiva, e perspectiva situada (e, mesmo que o não queiramos, interessada em comprovar uma tese) – mas eu gostaria que um determinado ponto de vista e uma determinada memória não ficassem esquecidos.

Ainda me lembro de quando corria sobre mim, nos tempos de estudante (e não só em Lisboa...), a frase “é bom, mas é teórico” (embora fosse fácil ver que não era ainda nem uma coisa nem outra, mas...). E também me recordo mais nitidamente (foi numa sessão da Sociedade de Geografia de Lisboa, secção de Arqueologia), porque a memória física é sempre mais perene, de quando um colega e “amigo” me deu uma ambígua “carolada” (algo entre a pancada amigável nas costas, mas produzida com alguma intensidade, e o que seria um verdadeiro murro – mas esses eram *hard times*...), dizendo: “então andamos nós aqui a sujar-nos no campo, e tu em casa a escrever artigos sobre computadores aplicados à arqueologia, han?...” Evidentemente que com esse primeiro artigo, publicado na *Revista de Guimarães* (1968, aos meus 20 anos), eu cometera um múltiplo “pecado mortal”: pensar por mim (com a ajuda de uma série de amigos, dos quais vários não eram “de letras”); ter a impressão de que o com-

De facto, há no nosso país uma grande quantidade de pessoas jovens a dedicarem-se à arqueologia, fenómeno totalmente impensável há trinta anos, e é bom – e mesmo talvez uma obrigação nossa, da minha geração – transmitir-lhes um conjunto de informações e de reflexões sem as quais a história da arqueologia portuguesa, antes e depois do 25 de Abril, – que continua por fazer – ficará irremediavelmente deformada.

putador viria a adquirir uma grande importância, também em arqueologia – não apenas pela velocidade e quantidade do processamento de “dados”, mas sobretudo pela “filosofia” subjacente, isto é, pelas suas repercussões epistemológicas, metodológicas, e até num sentido que transcendia tudo isso (e essa ideia estava lá dita, no artigo); e publicar um trabalhinho de arqueologia que não fosse a revelação de mais um (ou muitos) caco(s) campaniforme(s) ou de um (ou muitos) sítio(s) pré-histórico(s) inéditos, e suas infundas potencialidades para a “reconstituição do passado”.

Estaria desgraçado desde então, para todo o sempre (este país não perdoa esse género de coisas), não fosse ter tido professores como Jorge Borges de Macedo, ou Orlando Ribeiro, que me ensinaram o que é aprender numa universidade, e sempre me apoiaram, e, fora da instituição (Faculdade de Letras de Lisboa), um amigo, um pai adoptivo, e um mestre improvisado, que foi Eduardo da Cunha Serrão.

Mesmo tendo obtido vinte valores na tese de licenciatura (defendida em 1972, sobre Paleolítico inferior e médio) e dezoito na média final de curso, lá “marchei” para a Universidade de Luanda (Cursos de Letras, em Sá da Bandeira, actual Lubango, a alguns 1 000 km de Luanda), em Fevereiro de 1973. Não havia melhor degredo para um pacato rebelde, “prova de fogo” que às vezes enlouquecia alguns, embora, verdade seja dita, me tenha permitido escapar à guerra colonial. E obter uma experiência mais longa de África (já havia estado em Moçambique, em 1971), que foi inesquecível e muito útil para a minha formação arqueológica incipiente. A quem pretendia prejudicar-me, saiu-lhe o tiro pela culatra, primeiro, aliás, de muitos outros tiros (felizmente) falhados que levei. De facto, os meus opositores têm sido os meus melhores auxiliares, à falta de estímulos de maior qualidade ou mais nobre intenção.

Entretanto, tinha cometido outros “pecados” graves, irreversíveis mesmo, é certo. Um deles

foi organizar em Lisboa (IST), juntamente com Luís Moniz Pereira (que já então se interessava por inteligência artificial) e José António Meireles (linguística) um Colóquio sobre Epistemologia das Ciências do Homem, entre 20 de Abril e 4 de Maio de 1970! No Colóquio (cujos debates – inéditos – conservo, em gravações preciosas, fitas gigantescas de gravadores que se usavam na altura), participaram, entre outros, António Damásio, Armando de Castro, Barahona Fernandes, Bairrão Ruivo, Joel Serrão, Jorge de Macedo, Breda Simões, M.^a Emília Marques, M.^a Helena Mateus, M.^a Isabel Faria, Nuno Portas. O livro resultante – publicado pela Presença (com o título de *Novas Perspectivas das Ciências do Homem*) – teve duas edições (a segunda das quais saiu pouco antes do 25 de Abril) e, segundo me disseram, grande repercussão, nomeadamente no Brasil. Claro que o nome dos organizadores, ilustres estudantes desconhecidos, não figurava sequer na capa, entre a lista de autores. Lista à qual, já na altura, gostaria de ter associado Vitorino Magalhães Godinho, referência para mim ímpar na historiografia portuguesa, e figura quase mítica então, para cuja casa me atrevi a telefonar, convidando-o. Mas compreendo a sua reserva e finalmente a sua recusa, pois não me conhecia de lado nenhum, e, naqueles tempos obscuros, nunca se sabia exactamente quem estava do outro lado do telefone, se não fosse um amigo. Ainda hoje lamento nunca o ter podido contactar pessoalmente.

Um aspecto curioso desse livro, para a arqueologia, é que até o texto que seria suposto representar a pré-história (de minha

Devo, desde já, fazer aqui uma chamada de atenção: a grande contribuição teórica dos arqueólogos da minha geração foi, muito judiciosamente, plasmada nas suas teses de doutoramento, apresentadas nos anos 80. Essa fusão de “teoria” e “prática” acaba por ser, ao cabo e ao resto, muito frutuosa, porque impedindo a teoria de se tornar num quisto e prevenindo a prática contra a ideia ingénua de que os dados nos são “dados” pela observação desprevenida

autoria, claro), recorria ao conceito de paleo-anthropologia cultural. Por outro lado, creio que vale a pena, ainda hoje, ler a introdução do livro e, no fim do volume, a apresentação do programa do Gabinete de Estudos Arqueológicos, entidade informal que eu fundara (e que mais tarde viria a redundar no GEPP): “num primeiro momento, tem um âmbito arqueológico e, num segundo momento, integra-se numa paleo-anthropologia cultural concebida em sentido amplo. Em particular, e ao primeiro nível referido, visa-se a construção de tipologias de instrumentos líticos recorrendo a modelos linguísticos e aos métodos da classificação automática. Esta actividade específica irá permitindo um apuramento de modelos cibernéticos utilizáveis em pesquisa paleo-anthropológica e uma melhor explicação do seu papel dentro de uma semiologia geral.” (p. 252).

Tratou-se, salvo erro, do primeiro colóquio realizado em Portugal sobre tal tema, e da primeira vez que “a arqueologia” esteve representada num debate interdisciplinar deste tipo, que envolvia algumas das melhores pessoas das chamadas ciências humanas, ciências que eram, como se sabe, praticamente proibidas pelo regime (veja-se a esse respeito, por exemplo, a evocação de Eduardo Prado Coelho sobre a sociologia, na sua crónica do *Público* de 28.1.2004).

Aliás, a surpresa/resistência de V.M.G, quando lhe telefonei, residia também precisamente (e compreensivelmente) nisso: “como vão realizar em Portugal um colóquio sobre epistemologia de umas ciências que quase

não se podem cá fazer, que não existem como tal no nosso país?...” O meu argumento de que às vezes também se consegue começar a conceber uma casa pelo telhado, ou, se quisermos, “tentar dar a volta por cima às dificuldades”, atitude sem dúvida adolescente da minha parte, mas talvez com algumas potencialidades (contínuo a ser assim, porque continua, por exemplo, a não haver condições para fazer arqueologia decente em Portugal, a não ser para alguns), não convenceu aquele professor – e eu compreendo-o perfeitamente.

Que estava por detrás do programa atrás referido, e da minha própria comunicação? Por um lado, uma visão “vertical”, hierárquica, do processo de construção do saber, que ia de uma base empírica e particular, mas trabalhada sistematicamente e com o auxílio de métodos quantitativos (“arqueologia”), a uma integração progressiva em esferas cada vez mais amplas, ao modo sugerido por Piaget, por exemplo, nos seus

quadros de classificação das ciências. Esse modelo também recorria à inspiração colhida no livro de David Clarke, *Analytical Archaeology*, de 1968. A “cibernética” (influência de L. M. Pereira) seria a *clef de voûte* de todo esse edifício conceptual, tão utópico, como entretanto ultrapassado, obviamente, pela visão mais tendencialmente “horizontal”, não hierárquica, que enforma uma boa parte do pensamento actual. Não tinha ainda chegado a Portugal o eco do trabalho inovador de Lewis Binford, e de outros autores da “nova arqueologia” (como os seus detractores lhe chamaram) ou perspectiva processualista (Colin Renfrew e outros). Nos anos 60, e mesmo 70, continuavam a ser uma raridade as pessoas que valorizavam Gordon Childe (para os aspectos teórico-interpretativos) e Mortimer Wheeler, para a metodologia de escavação.

Cada um fazia como melhor lhe aprouvia – vivíamos, os que nos interessávamos por pré-história, com excepção de Eduardo

Serrão e da formação universitária, no mais absoluto deserto. Havia apenas os Serviços Geológicos de Portugal, e aí o legado de Breuil (nomeadamente através de G. Zbyszewski), por um lado, e a escola alemã, por outro, desde a herança dos Leisner (em parte inacessível para quem não sabia alemão) e o ensinamento de H. Schubart, um grande investigador, naturalmente na linha continental, positivista/histórico-cultural, tão típica da escola germânica. Mas a verdade é que, apesar de alguns esboços de reflexão crítica da geração a seguir à minha (nomeadamente no contexto de debates proporcionados por seminários dos primeiros cursos de mestrado de Arqueologia da Faculdade de Letras do Porto), nunca ninguém se dedicou a debater-se criticamente sobre o projecto exposto no fim do livro do Colóquio de 1970 (também plasmado na minha tese de licenciatura, FLUL, 1972). Sobre essa geração em geral – e salvo algum contributo de que não me recorde de momento –, em termos de produção teórica, note-se, tenho a dizer que, no geral, a montanha – até agora – pariu um rato, ou seja, deixaram-se envolver de tal modo em questões administrativo-legais de consolidação social da arqueologia, ou em projectos particulares e profissionais, que perderam de vista por completo a feitura de um extenso programa (de que eram intelectualmente capazes e que, pelo menos alguns, ambicionaram concretizar) de renovação teórica da disciplina. Nesse aspecto, falharam. Até porque não se pode organizar administrativamente a arqueologia sem pensar primeiro no que se pretende que ela seja. E, nesse aspecto, os

Pois o perigo que espreita toda a teoria é sempre ela poder, nas suas formas mais depuradas, tornar-se tão límpida como um cristal, mas tão inócua como uma peça de contemplação. “Resolver” as questões na teoria é apenas adiar-las num quadro conceptual que pode ser elegante, inteligente, esteticamente irrepreensível

arqueólogos portugueses ainda hoje têm um largo caminho a percorrer.

Devo, desde já, fazer aqui uma chamada de atenção: a grande contribuição teórica dos arqueólogos da minha geração foi, muito judiciosamente, plasmada nas suas teses de doutoramento, apresentadas nos anos 80. Essa fusão de “teoria” e “prática” acaba por ser, ao cabo e ao resto, muito frutuosa, porque impedindo a teoria de se tornar num quisto e prevenindo a prática contra a ideia ingénua de que os dados nos são “dados” pela observação desprevenida. Neste âmbito, é justo destacar (independentemente de simpatias, amizades, ou outras razões sentimentais, como é óbvio) o enorme esforço de inovação e o grande valor de duas investigadoras que são Maria Manuela Martins (Universidade do Minho) e Susana Oliveira Jorge (Universidade do Porto).

Eu, tal como elas, deixei-me fascinar pelo processualismo e pela superação das velhas explicações culturalistas e exógenas. Mas creio que se deve reconhecer em todos nós uma perspectiva mais eclética do que filiada numa certa “escola” de pensamento. Se não usufruímos de uma tradição de *scholars* anteriores, e se fomos, de certo

modo, órfãos intelectuais em arqueologia, pudemos em contrapartida beneficiar das vantagens dos autodidactas, com uma liberdade que não se notou muito noutros colegas continentais (espanhóis, franceses, alemães). Não deixa de ser interessante notar que, na Europa continental, as publicações mais estimulantes vêm da periferia atlântica, com a *Norwegian Archaeological Review* (Noruega) e, mais tarde, com a *Archaeological Dialogues*, editada na Holanda. Na França, o que há é o resto que deixou uma figura ímpar – a de André Leroi-Gourhan – que significativamente veio da etnologia.

Mas, para voltar a Portugal e à geração a seguir à nossa – e apesar de nos anos 90 se terem continuado a produzir teses de doutoramento e a renovar perspectivas – nem os meus livros *Projectar o Passado* (Presença, 1987) e *Arqueologia em Construção* (Presença, 1990) – impregnados também eles (salvo erro, se não é excessiva imodéstia) de “teoria” – nem o do Prof. Jorge de Alarcão *Para Uma Conciliação das Arqueologias* (Afrontamento, 1996), que foi uma verdadeira “pedrada no charco”, concorde-se ou não, jamais tiveram uma recensão crítica digna desse nome. De tal modo imperou o silêncio típico deste

A formação filosófica é fundamental para sairmos do senso comum e das ideias feitas, e para voltarmos, depois, a criar um novo senso comum, um novo paradigma mais imaginativo, onde entre mais do vivido, da riqueza antropológica e histórica do humano.

país periférico, e hipocritamente distraído, que nos vimos obrigados a convocar uma espécie de “reunião geral” para o Porto, em 1997, onde participaram activamente muitos arqueólogos portugueses, para debater o assunto, reunião essa que desembocou num livro coordenado por mim e por J. de A. (*Pensar a Arqueologia, Hoje*, SPAE, 1997, praticamente esgotado).

Aí pôde ver-se a oscilação de muitas perspectivas e – por que não dizê-lo, adiantando-nos ao juízo futuro – a extrema fragilidade da preparação teórica de todos nós. Baseamo-nos sobretudo na intuição, temos falta de leitura continuada, caímos com frequência no lugar-comum ou na banalidade interpretativa, erigimos ídolos para logo os destronarmos, umas vezes somos ecléticos, outras somos mesmo pouco coerentes, pouco sólidos na nossa preparação nestas matérias. Mas isso é afinal o que seria de esperar de uns autodidactas.

Ao mesmo tempo, forçoso é reconhecer que há muita gente mais nova que pensa, que se interessa por matérias “teóricas”, que se aventura – passo decisivo – a verbalizar e pôr por escrito as suas reflexões e perplexidades. Mas quase sempre em função de um projecto universitário – a elaboração de uma tese

de mestrado ou doutoramento, por exemplo, em que, por muito boa orientação que se tenha (e nós sabemos – apesar das honrosas excepções – quão “simbólica” é por vezes tal orientação, tal é a sobrecarga de trabalho das pessoas que justamente são mais capazes para o fazer), o investigador está sobretudo entregue a si próprio, no momento crucial da escrita. Dentro da pré-história, campo que conheço melhor, António Valera é uma das pessoas que me parece mais capaz neste domínio – e não será por acaso ser ele a tomar a iniciativa de convocar pessoas para o presente *dossier* desta revista.

O que já não será tão aceitável – diga-se de passagem, porque vale a pena, uma vez que é um procedimento frequente – é que se não citem fontes ou resultados de quem nos orientou (directa ou indirectamente), repetindo ou glosando ideias de outros como se elas fossem nossas – a distração tem os seus limites. Mesmo as teses universitárias não publicadas sob forma impressa (e hoje já vão sendo poucas as nessas condições) estão, para todos os efeitos, no domínio público, a partir do momento em que são defendidas em provas públicas e se encontram disponíveis à consulta, pelo menos em algumas bibliotecas.

Nos últimos anos têm saído alguns volumes que, ou são de “teoria” (*A Escrita do Tempo e a Sua Verdade*, de Jorge de Alarcão, Quarteto Ed., 2000), ou tentam articular de novo tal “teoria” com questões organizativas práticas ou com problemas interpretativos concretos (veja-se os meus livros *Arqueologia, Património e Cultura*, Piaget, 2000; *Olhar o Mundo como Arqueólogo*, Quarteto Ed., 2003, e *A Irrequietude das Pedras*, Afrontamento, 2003).

Não se engane porém o leitor com o estilo “ensaístico”, ou ziguezagueando entre o mais teórico e o mais prático, que pessoalmente com frequência utilizo. Trata-se de um artifício retórico, e de uma opção metodológica também. Creio poder dizer que há, nesses escritos teoria, reflexão teórica, que, talvez ao contrário dos de Jorge de Alarcão – cuja obra profundamente respeito – se não pretende nunca voluntariamente formalizar como tal, autonomizar como tal. Pois o perigo que espreita toda a teoria é sempre ela poder, nas suas formas mais depuradas, tornar-se tão límpida como um cristal, mas tão inócua como uma peça de contemplação. “Resolver” as questões na teoria é apenas adiá-las num quadro conceptual que pode ser elegante, inteligente, esteticamente irrepreensível. Mas o próprio da arqueologia é fazer sentido na realidade empírica de que ela tem de dar conta, por um lado, e no seio das ciências sociais a que ela pertence, por outro. Uma teoria própria da arqueologia é capaz de ser um beco sem saída. Embora esse beco possa ir dar a uma espécie de jardim das delícias. Aí entretidos, perder-nos-emos para

sempre na razão sem contraditório das nossas próprias conclusões intangíveis. Esquemas, conceitos, dicotomias, complementaridades – para que servem?... Que vias novas ao entendimento do presente (incluindo o presente arqueológico) nos fornecem?... Talvez por isso (à falta de um curso de antropologia) eu tivesse escolhido nos anos 60 a licenciatura de história (e não a de filosofia, como me aconselhava no liceu o meu professor Vergílio Ferreira): ela abriu-me à pluralidade, carácter efémero, contraditório, paradoxal, da realidade humana, longe dos formalismos ou elegâncias intelectuais em que nos podemos comprazer quando tentamos teorizar. E sobretudo teorizar um campo tão variado como a arqueologia.

Paradoxalmente, a formação filosófica é fundamental para sairmos do senso comum e das ideias feitas, e para voltarmos, depois, a criar um novo senso comum, um novo paradigma mais imaginativo, onde entre mais do vivido, da riqueza antropológica e histórica do humano.

Por detrás dos esquemas e dos conceitos da ciência e da filosofia, está a beleza e a sedução da acção. A emoção, não já com a banalidade, mas com as coisas raras que aprecia aquele que atravessou o deserto da leitura e do raciocínio, para chegar a beber umas gotas da água pura da arte e da poesia. Aí, estranhamente, na mais alta exigência de qualidade e de gosto, tudo se encontra e, momentaneamente, tudo se harmoniza. O artista e o cientista realizados, em geral, falam pouco do que criam. As suas obras são o que eles quiseram fazer. Podem, a seguir, todos os que neste mundo vivem do comércio e da indústria de falar sobre isso, de vender isso, de aplicar isso, vir “parasitar” as obras. A vida é assim...

Porto, Janeiro de 2004.